AUDIÊNCIA COM MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CARLOSLUPI JUNTAMENTE COMPRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DOSEGURO SOCIAL – INSS SR.GLAUCO ANDRÉ FONSECA WAMBURG.

No dia 16 de maio de 2023,no Ministério do Trabalho e Previdência na Esplanada dos Ministérios Bloco F, Brasília - DF, os(as) representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS, a saber: Terezinha de Jesus (GO), Deivid Christian (SE) Ronaldo Augusto (AL) Luiz Eustáquio (PE) Edivaldo Santa Rita, Jorge e assessoria jurídica (BA) e Dayane Alves (DF) participaram da audiência com Ministro Carlos Lupi juntamente com o Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Sr. Glauco André Fonseca Wamburg, sobre a Pauta de Reivindicações dos Trabalhadores do Seguro Social. Também participou da audiência o Deputado Federal Carlos Veras (PT-PE).

Cumpre salientar que foi a primeira reunião da CNTSS com o ministro Carlos Lupi, na qual participou também o presidente interino do INSS, Glauco André Fonseca Wamburg e Sandra Luna, Coordenadora Geral de Educação e Desenvolvimento do INSS. Dentre os pontos principais, destacamos o compromisso assumido pelo Ministro Carlos Lupi em iniciar imediatamente as discussões do Comitê Gestor da Carreira, do seu empenho no avanço do cumprimento do Acordo de Greve de 2015 e 2022, como, a incorporação de parte da GDASS ao Vencimento Básico, Nível Superior para o cargo de Técnico do Seguro Social e Carreira Típica de Estado. Foi tratado também, como andam os debates nos Comitês Permanentes de Processo de Trabalho e dos Serviços Previdenciários, conforme elucidado abaixo:

I. CUMPRIMENTO DO ACORDO DE GREVE

COMITÊ GESTOR DA CARREIRA:

Os representantes da CNTSS cobraram do Ministro Carlos Lupi, a implementação imediata do Comitê Gestor de Carreiras, por fazer parte do Acordo da Greve de 2015 que ainda não foi atendido. Diante disso o ministro se mostrou favorável a essa demanda histórica e recomendou imediatamente ao Presidente do INSS Glauco André, que adotasse todas as providências necessárias para implantar o Comitê.

O Presidente Glauco esclareceu que essa implantação ainda depende de um Decreto Presidencial. Sendo assim, apelamos à sensibilidade política do Ministro Carlos Lupi, o qual determinou que fossem tomadas medidas imediatas para a implantação, visto sua dependência formal de um Decreto Presidencial, de um Grupo ou outro nome que se queria dar a um espaço de discussão dos temas referentes à construção da **CARREIRA DO SEGURO SOCIAL**, enquanto são resolvidas as questões políticas e burocráticas até a publicação do Decreto.

II. INTEGRALIZAÇÃO DA GDASS AO VB

Com relação à correção do valor do Vencimento Básico que é inferior ao salário mínimo, informamos ao Ministro que a Carreira do Seguro Social é a única do serviço público federal a ter o VB (Vencimento Básico) inferior ao Salário Mínimo. O ministro informou que já é conhecedor dessa anomalia e que a Nota Técnica que trata da correção já foi encaminhada ao Ministério da Gestão e Inovação.

III. CARREIRA DE ESTADO E NÍVEL SUPERIOR

Com relação à Carreira Típica de Estado e a exigência de Nível Superior para ingresso na carreira nos próximos concursos públicos. O Ministro e o Presidente do INSS informaram que essas questões também constam em Notas Técnicas já encaminhadas ao Ministério da Gestão e Inovação. Foi informado também que todas essas Notas Técnicas foram arquivadas pelo governo anterior e solicitado o desarquivamento pela atual gestão.

IV. COMPENSAÇÃO DA GREVE DE 2022 NO INSS

Os representantes da CNTSS, defenderam a necessidade de haver uma anistia da compensação residual ainda existente, considerando que a solução dessa pendência ainda não se deu, em função das constantes indisponibilidade e queda dos sistemas, e a lentidão no tráfego das informações nas Redes de Intranet do INSS, o que dificultou a capacidade de análise e resolução dos processos. Além disso, foi constatada a existência de distorções de informações no Sistema, no cômputo das tarefas executadas pelos servidores.

O ministro inicialmente se mostrou favorável a apreciação desse ponto e recomendou ao Presidente do INSS a análise da sua viabilidade. O Presidente Glauco ponderou não ser favorável a essa anistia, visto que aproximadamente 80% dos servidores que possuíam pendências decorrentes da greve já conseguiram compensá-las. Informou ainda que há uma possibilidade de estender o prazo para a compensação para esses 20% que ainda não conseguiram.

V. COMITÊS PERMANENTES

Com relação aos Comitês Permanentes dos Serviços Previdenciários e de Processos de Trabalho, a CNTSS cobrou, tanto do Ministro Carlos Lupi quanto do Presidente do INSS, que todas as Normas, Portarias e Recomendações, que tratem dos processos de trabalho, emitidas pela Gestão, passem pelo conhecimento dos referidos Comitês, antes da sua publicação, conforme o estabelecido no Acordo de Greve de 2022, evitando o que ocorreu com a publicação da Portaria DIRBEN 1131/2023 – que trata do Programa de Gestão da Reabilitação Profissional. O Presidente do INSS informou que isso ocorreu em função da necessidade de incluir esses trabalhadores no programa de BÔNUS de Produtividade.

Nesse tema, a CNTSS também cobrou a manutenção da pontuação em 4,27 pontos e jornada de 6h+1,22 pontos para todos os servidores, independente da modalidade de trabalho. Argumentou que quem está em tele trabalho (seja em

regime parcial ou integral) tem arcado com custos de aquisição de equipamentos, internet de banda larga e que isso ainda tem gerado economia para a administração, sem que com isso, tenham obtido nenhuma contrapartida por parte do INSS. E ainda afirmaram que, com os processos "mais fáceis" sendo concluídos automaticamente, sobram para os Técnicos e Analistas, apenas os processos mais complexos, dificultando assim o atingimento das metas.

A CNTSS cobrou que qualquer alteração nos Processos de Trabalhos não ocorra sem a devida discussão com o Comitê Gestor Permanente de Processos de Trabalho. O INSS informou que manterá o debate com os Comitês e que estendeu o prazo de manutenção da pontuação em 4,27, até o dia 31 de maio de 2023 e que já tem reunião agendada para tratar desse assunto.

VI. BÔNUS DE PRODUTIVIDADE

Sobre o BÔNUS, os representantes da CNTSS se posicionaram favoráveis ao retorno dessa gratificação, no entanto, defenderam que ela possa abranger toda a categoria, inclusive os da área meio. Além disso, se posicionaram contrários a exigência de aumento de 30% da meta de produtividade para os trabalhadores terem acesso a este programa. Solicitaram também que o tema fosse melhor discutido com as entidades.

O Ministro informou que esta questão está sendo tratada com os Ministérios da Gestão e Inovação e o da Casa Civil, para que possam publicar uma Medida Provisória para a implantação do programa chamado **PAP - Programa de Aceleração de Produtividade.**

Por outro lado, Presidente do INSS se mostrou irredutível quanto a não se aplicar o incremento da meta, mas, diante da ponderação dos Dirigentes Sindicais, se comprometeu a levar esse tema para o Comitê Permanente que trata dos Processos de Trabalho.

VII. ESTRUTURA FÍSICA DAS UNIDADES E SISTEMAS INOPERANTES

Os representantes da Confederação cobraram melhorias na estrutura física, parque tecnológico e nos sistemas que estão cada vez mais precários. O presidente do INSS informou que vem exigindo da DATAPREV uma solução para os sistemas e que está em fase de entrega um total de 50% novos equipamentos de informática. Com relação a estrutura física serão realizados estudos das necessidades e custos e voltaremos a tratar desse tema nas próximas reuniões, inclusive, com as informações que serão levantadas pelos sindicatos filiados à CNTSS.

A CNTSS irá agendar audiência com o Ministério da Gestão que deverá ter a participação do Ministério da Previdência e da DATAPREV, para tratar de soluções para os sistemas cada vez mais inconsistentes e inoperantes.

VIII. CONCURSO PÚBLICO

A CNTSS cobrou a contratação imediata dos excedentes do concurso de 2022 e a realização de novo concurso o mais breve possível, para recompor a força de trabalho do INSS. O Ministro Carlos Lupi informou que já enviou Nota Técnica ao Ministério da Gestão Inovação, para a contratação imediata de mais 25% (250 servidores) e está em fase final a Nota Técnica solicitando a contratação de todos os excedentes, assim como estudo para solicitar novo concurso.

IX. TERCEIRIZAÇÃO NO INSS

Os representantes da CNTSS se posicionaram contra a possibilidade da terceirização de qualquer setor do INSS por entenderem que, para o fortalecimento da Carreira do Seguro Social e do próprio INSS, o ingresso ao Instituto deve ser sempre por Concurso Público, para não possibilitar a terceirização, inclusive de atividades privativas da CARREIRA DO SEGURO SOCIAL. Já sem a presença do Ministro, o Presidente do INSS informou que está realizando estudos que tem como finalidade resolver os problemas de

represamento e também de atendimento do INSS e que, se a conclusão desse estudo apontar no sentido da terceirização, voltará a debater esse tema com as entidades.

X. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS SERVIDORES LIGADOS AO CRPS e ao MPS

Os representantes da CNTSS também defenderam a incorporação dos servidores que estão nas JRPS/CRPS e no Ministério da Previdência na Carreira do Seguro Social. O Ministro compreendeu as razões apresentadas pelos dirigentes, se mostrou sensível ao pedido, porém, entendeu que se trata de uma nova demanda e se disponibilizou a aprofundar o tema e voltar a debatê-lo com a CNTSS e as entidades representativas das categorias.

XI. CRIAÇÃO DE MAIS UMA SUPERINTENDÊNCIA NO NORDESTE

A CNTSS e o SINDSPREV-BA, apresentaram Estudo Técnico que propõe que a criação de uma Superintendência do INSS, na Bahia, ajudaria na resolução de vários problemas existentes no estado o qual tem 7 Gerências Executivas, e a Superintendência do Nordeste não dá conta para atender a demanda de todos os estados da região.

O Ministro se comprometeu a estudar o caso e responder posteriormente a Confederação.

Brasília 17 de maio de 2023.